



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE VOTUPORANGA GABINETE DO PREFEITO

MENSAGEM Nº. 021, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2025.
PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº _____/2025

Senhor Presidente,

Tenho a honra de encaminhar, por intermédio de Vossa Excelência, à elevada deliberação dessa nobre Câmara Municipal, o incluso projeto de Lei Complementar que dispõe sobre alterações no Código Tributário do Município.

Este projeto de Lei Complementar altera os artigos 15, 16, 218, 415, 416, 420 e cria o art. 415-A, todos da Lei Complementar nº 460 de 21 de setembro de 2021, que passa a vigorar com as alterações constantes desta Lei Complementar.

A redação anterior do artigo 15 do Código Tributário Municipal não fazia menção aos titulares do Benefício de Prestação Continuada-LOAS como pessoas qualificáveis à isenção do IPTU, o que gerava verdadeira discriminação injustificada contra as pessoas que não possuem meios de prover a própria manutenção nem de tê-la provida pela família.

Através de levantamento realizado em dezembro de 2024 diretamente no portal da transparência do governo federal, foi possível apurar que existem 2763 titulares do Benefício de Prestação Continuada-LOAS no Município de Votuporanga, sendo que deste total 280 são menores de 16 anos.

De acordo com o art. 111 do CTN e art. 371 do CTM, a isenção interpreta-se de forma literal. Em outros termos, é vedado fazer interpretação extensiva para conceder isenção.

Assim, através da redação original do art. 15 do CTM, muitas pessoas que não são aposentadas nem pensionistas, mas são titulares do Benefício de Prestação Continuada-LOAS, não poderiam ser alcançadas pelo benefício fiscal de isenção do IPTU.

Por isso, a inclusão dos titulares do Benefício de Prestação Continuada-LOAS na redação do art. 15 do CTM representa um avanço social para a população mais carente do Município.

Os parágrafos que sucedem a norma estabelecem requisitos e parâmetros para a concessão do benefício de isenção de IPTU aos verdadeiramente necessitados, que sejam proprietários de um único imóvel e que possuem o valor de um salário mínimo como única fonte de renda.

A alteração no artigo 16 apenas aprimora a redação anterior facultando ao interessado instruir o pedido de isenção de IPTU com cópia da escritura de compra e venda ou matrícula do imóvel.

A alteração da redação da alínea f do inciso II do art. 218 e a criação do Parágrafo único decorrem da integração do sistema SAT/RLZ com as informações da Receita Federal, viabilizando a baixa automática da inscrição da empresa no cadastro da Prefeitura evitando-se o lançamento de tributos contra empresas extintas perante a Receita Federal e, consequentemente, viabilizando o cancelamento de tributos de forma retroativa a favor do contribuinte.

assinado por 1 pessoa: JORGE AUGUSTO SEBA
para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://votuporanga.1doc.com.br/verificacao/39BA-779C-6FC1-B571> e informe o código 39BA-779C-6FC1-B571





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE VOTUPORANGA

GABINETE DO PREFEITO

A alteração do caput do artigo 415 apenas aprimora a redação anterior substituindo a expressão redundante “crédito tributário e fiscal” por “crédito de natureza tributária e não tributária”

A redação do inciso I do art. 415 foi atualizada para substituir a expressão arcaica “boca do cofre”, cuja modalidade não é mais praticada pelo Município, pela expressão “boleto bancário ou outro meio eletrônico de recebimento”.

A alteração da redação do §1º do art. 415 apenas suprimiu a expressão redundante “crédito tributário e fiscal”, pois a cobrança e recolhimento logicamente fazem referência ao disposto no caput, evitando a prolixidade.

Da mesma forma se procede com a alteração da redação do §2º do art. 415, que suprimiu a expressão redundante “crédito tributário e fiscal” evitando a prolixidade e consignou que o recolhimento será efetuado por instituição financeira pública ou privada devidamente autorizadas pela municipalidade.

A inclusão do art. 415-A, incisos I e II esclarece que a cobrança da dívida ativa será realizada com os acréscimos legais até a data do efetivo pagamento, quando extrajudicial, ou até a data do depósito em juízo, quando judicial, e reforça o compromisso da municipalidade em cooperar com o Poder Judiciário na satisfação de seus créditos de natureza tributária e não tributária por meios alternativos de cobrança, especialmente de forma extrajudicial, evitando a sobrecarga do Poder Judiciário e a oneração do devedor com custas, taxas e despesas processuais.

Em relação ao art. 416, a alteração do caput apenas aprimora a redação anterior substituindo a expressão redundante “crédito tributário e fiscal” por “crédito de natureza tributária e não tributária”.

O §1º do art. 416 afirma que a multa moratória será aplicada ainda que o imposto devido seja pago, pois o pagamento do principal não exclui a incidência da multa moratória.

O §2º do art. 416 dispõe que a autoridade administrativa poderá dispensar a incidência de multa e juros moratórios quando da revisão de lançamento com vício não imputável ao contribuinte.

O §3º do art. 416 trata dos honorários advocatícios sobre os débitos inscritos em dívida ativa, que passará a incidir uma única vez, ou seja, de forma não cumulativa com a execução fiscal, no percentual único de 10%. Trata-se de legalização da Política de desjudicialização da cobrança da dívida ativa em observância ao Tema de Repercussão Geral 1184 do STF e Resolução 547/2024 do CNJ, prestigiando a eficiência administrativa, os meios alternativos de cobrança e a efetividade na cobrança extrajudicial, evitando custas processuais, taxas judiciais e bloqueios judiciais contra o contribuinte.

No art. 420 a alteração do caput aprimora a redação anterior substituindo a expressão redundante “crédito tributário e fiscal” por “crédito de natureza tributária e não tributária”.

Também foi suprimida a expressão “ajuizado”, a fim de garantir ao contribuinte a possibilidade de parcelamento tanto de débitos ajuizados quanto de débitos não ajuizados.

assinado por 1 pessoa: JORGE AUGUSTO SEBA
para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://votuporanga.1doc.com.br/verificacao/39BA-779C-6FC1-B571> e informe o código 39BA-779C-6FC1-B571





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE VOTUPORANGA

GABINETE DO PREFEITO

Da mesma forma foi suprimida a expressão “sucumbência”, haja vista que os honorários advocatícios não possuem somente natureza sucumbencial.

Em relação ao §2º do referido dispositivo legal também foi suprimida a expressão “sucumbência”.

No mesmo parágrafo também foi suprimida a expressão “execuções fiscais ajuizadas”, a fim de permitir a possibilidade de pagamento à vista ou parcelada da verba honorária, independentemente da natureza da ação, ou seja, abrangendo as condenações no âmbito fiscal e cível.

A inclusão do §3º do art. 420 tem por objeto evitar que terceiros estranhos ao processo, ou seja, sem legitimidade, solicitem o parcelamento da execução fiscal evitando-se tumulto processual.

Quanto ao §2º do art. 422, foi suprimido o texto que limitava a concessão de reparcelamento para até 2 vezes.

A inclusão do §5º no art. 422 autoriza que nos débitos inscritos em dívida ativa contra pessoa física e pessoa jurídica de forma solidária qualquer delas poderá aderir ao parcelamento.

A inclusão do §6º no art. 422 autoriza que no caso de pessoa jurídica extinta ou baixada o seu titular ou administrador poderá aderir ao parcelamento na qualidade de responsável tributária.

Para fins do disposto no artigo 16 e 17 da Lei Complementar Federal nº 101/2000, o impacto orçamentário-financeiro da renúncia fiscal em relação aos titulares do BPC-LOAS informe-se que o impacto financeiro já consta na Lei de Diretrizes Orçamentária, conforme documento anexo.

Declaro que a renúncia tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias.

Essas, Senhor Presidente, as razões determinantes de minha iniciativa as quais submeto a elevada apreciação da Câmara Municipal, contando com sua aprovação.

Na oportunidade reitero a Vossa Excelência protestos de consideração e apreço pessoal.

Jorge Augusto Seba
Prefeito Municipal

Excelentíssimo Senhor
DANIEL DAVID
Presidente da Câmara Municipal de
VOTUPORANGA-SP.

assinado por 1 pessoa: JORGE AUGUSTO SEBA
para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://votuporanga.1doc.com.br/verificacao/39BA-779C-6FC1-B571> e informe o código 39BA-779C-6FC1-B571





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE VOTUPORANGA GABINETE DO PREFEITO

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº ____/2025

(Dispõe sobre a criação do art. 415-A e alteração dos artigos 15, 16, 218, 415, 416, 420 e 422 da Lei Complementar nº 460, de 21 de setembro de 2021)

FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL DE VOTUPORANGA APROVOU E EU, NOS TERMOS DO ARTIGO 56, INCISO III, DA LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO, SANCIONO E PROMULGO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º O art. 15 da Lei Complementar nº 460, de 21 de setembro de 2021, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 15. Ficam isentos do Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU os imóveis pertencentes a pessoas com doenças crônicas, as portadoras de deficiência física permanente, incapacitadas de exercer atividade laborativa, os titulares do Benefício de Prestação Continuada-LOAS, os aposentados ou pessoas que percebam pensão por morte, devendo preencher em qualquer caso, cumulativamente, os seguintes requisitos: (NR)

I -ser proprietário de um único imóvel residencial registrado em Cartório no seu nome;(NR)

II – perceber 01 (um) salário mínimo como única forma de renda.

§1º No caso de pessoas com doenças crônicas, portadoras de deficiência física permanente e incapacitadas de exercer atividade laborativa apontados no caput deste artigo, deverão comprovar tal situação por laudo médico atualizado e parecer social que será solicitado pelo órgão competente dessa Prefeitura. (NR)

§2º A prova referente ao inciso II do caput deste artigo, quando se tratar de benefícios previdenciários, será a declaração de benefício emitida por instituição financeira, o extrato emitido pelo Instituto Nacional da Seguridade Social – INSS ou documento que conste o nome do requerente, o número do benefício, o tipo do benefício e o valor do benefício recebido. (NR)

§3º A prova referente ao inciso I do caput deste artigo, far-se-á mediante apresentação de resultado de pesquisa qualificada de imóveis no CPF requerente, com abrangência no Estado de São Paulo, via portal eletrônico do Operador Nacional do Sistema de Registro Eletrônico de Imóveis, cujo ônus é do interessado, para aferição da quantidade de imóveis registrados em seu nome.

§4º Quando casado, independentemente do regime de bens, o requerente deverá apresentar a certidão de casamento atualizada, bem como o resultado da pesquisa exigida no §3º também através do CPF do cônjuge, assim como a renda familiar deverá corresponder àquela do inciso II do caput com apresentação do documento citado no §2º também em nome do cônjuge ou declaração de ausência de renda.

assinado por 1 pessoa: JORGE AUGUSTO SEBA
para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://votuporanga.1doc.com.br/verificacao/39BA-779C-6FC1-B571> e informe o código 39BA-779C-6FC1-B571





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE VOTUPORANGA

GABINETE DO PREFEITO

§5º Nos casos citados neste artigo o benefício será concedido mediante requerimento do interessado, declarando que a utilização do imóvel é exclusiva para sua residência e que todas as informações prestadas para obtenção do benefício são verdadeiras.

§6º No caso do imóvel objeto do pedido de isenção de IPTU possuir mais de uma edificação predial residencial, independentemente da quantidade de cadastros imobiliários registrados sobre o referido lote, o benefício será concedido apenas para a unidade na qual o requerente declarar que reside.”

Art. 2º O art. 16 da Lei Complementar nº 460, de 21 de setembro de 2021, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 16. Em ambos os casos citados no artigo anterior, o benefício será concedido mediante requerimento do interessado com os documentos indicados no artigo anterior e cópia da escritura de compra e venda ou matrícula do imóvel atualizada, que deverá ser protocolado até, no máximo, sessenta dias após o vencimento da quota única, sob pena de indeferimento do pedido. (NR)”

Art. 3º A alínea f do inciso II do art. 218, da Lei Complementar nº 460, de 21 de setembro de 2021, acrescido do parágrafo único, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 218.

.....

II -

f) admitir-se-á a baixa retroativa do Cadastro Mobiliário após análise prévia que comprove, documentalmente, que já havia cessado as atividades em período anterior ao do requerimento do encerramento, sendo indispensável para as pessoas jurídicas a comprovação da baixa no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica junto à Receita Federal ou a alteração da sede perante a Junta Comercial ou órgão de registro, cuja data base será considerada para fins de baixa retroativa de eventuais tributos lançados. (NR)

Parágrafo único. A baixa do MEI no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica via portal eletrônico dispensa a comunicação aos órgãos da administração pública, sendo considerada como data base para efeito de cancelamento retroativo de tributos lançados a baixa junto à Receita Federal.”

Art. 4º O art. 415 da Lei Complementar nº 460, de 21 de setembro de 2021, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 415. A cobrança do crédito de natureza tributária e não tributária far-se-á: (NR)

I - por boleto bancário ou outro meio eletrônico de recebimento; (NR)

.....

§ 1º A cobrança e o recolhimento far-se-ão pela forma e nos prazos fixados nesta lei. (NR)

assinado por 1 pessoa: JORGE AUGUSTO SEBA
para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://votuporanga.1doc.com.br/verificacao/39BA-779C-6FC1-B571>





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE VOTUPORANGA

GABINETE DO PREFEITO

§ 2º O recolhimento deverá ser feito por entidades públicas ou privadas, devidamente autorizadas pela municipalidade. (NR)''

Art. 5º Fica incluído na Lei Complementar nº 460, de 21 de setembro de 2021, o artigo 415-A, passando a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 415-A. A cobrança dos créditos inscritos na Dívida Ativa far-se-á com os acréscimos previstos no art. 416 da seguinte forma:

I – quando amigável ou por protesto extrajudicial, os acréscimos serão apurados até a data do efetivo pagamento;

II – quando judicial, os acréscimos serão computados até a data do efetivo pagamento ou depósito em Juízo, à disposição da Fazenda Pública Municipal.”

Art. 6º O art. 416 Lei Complementar nº 460, de 21 de setembro de 2021, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 416. O crédito de natureza tributária e não tributária não quitado até o seu vencimento fica sujeito à incidência de: (NR)

I -
.....

§ 1º A multa prevista no inciso II deste artigo será aplicada, sem prejuízo de pagamento do imposto devido. (NR)

§ 2º Poderá ser dispensada, conforme determinação da autoridade competente, a incidência de multa e juros moratórios para revisão de lançamento de tributos diretos, com vício que der causa a Municipalidade.

§ 3º As custas e os honorários advocatícios, à razão de 10% (dez por cento) do crédito tributário e não tributário atualizado, serão devidos em relação aos débitos objeto de ação de execução fiscal ajuizada perante o Poder Judiciário e, de forma não cumulativa, em relação aos débitos inscritos em Certidão de Dívida Ativa, além das demais despesas previstas na forma legal e regulamentar.”

Art. 7º O artigo 420 da Lei Complementar nº 460, de 21 de setembro de 2021, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 420. O parcelamento de crédito de natureza tributária e não tributária não exime o contribuinte do pagamento dos encargos legais, de eventuais custas processuais e dos honorários advocatícios, na forma da lei. (NR)

§ 2º O pagamento dos honorários advocatícios a que se refere o caput deste artigo, devidos pelo contribuinte, poderá ocorrer: (NR)

assinado por 1 pessoa: JORGE AUGUSTO SEBA
para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://votuporanga.1doc.com.br/verificacao/39BA-779C-6FC1-B571> e informe o código 39BA-779C-6FC1-B571





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE VOTUPORANGA

GABINETE DO PREFEITO

I -

.....

§ 3º No caso de crédito de natureza tributária e não tributária ajuizado, somente poderá ser parcelado o valor total e seus encargos cobrados na respectiva execução fiscal, podendo aderir ao parcelamento a pessoa física ou jurídica que figure no polo passivo da ação, bem como o terceiro interessado que assuma a responsabilidade solidária pela dívida.”

Art. 8º O artigo 422 da Lei Complementar nº 460, de 21 de setembro de 2021 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 422.

.....

§ 2º O parcelamento disposto no caput deste artigo, poderá ser reconcedido desde que pago 20% do valor total da dívida no ato da concessão. (NR)”

.....

§ 5º Os débitos inscritos em dívida ativa contra pessoas físicas e jurídicas de forma solidária poderão ser parcelados a requerimento de qualquer delas, observado o disposto no §1º.

§ 6º No caso de pessoa jurídica baixada ou extinta os débitos inscritos em dívida ativa poderão ser objeto de parcelamento a requerimento do seu titular ou administrador na qualidade de responsável tributário.”

Art. 9º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal “Dr. Tancredo de Almeida Neves”, 24 de fevereiro de 2025.

Jorge Augusto Seba
Prefeito Municipal

assinado por 1 pessoa: JORGE AUGUSTO SEBA
para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://votuporanga.1doc.com.br/verificacao/39BA-779C-6FC1-B571> e informe o código 39BA-779C-6FC1-B571





VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 39BA-779C-6FC1-B571

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



JORGE AUGUSTO SEBA (CPF 589.XXX.XXX-53) em 24/02/2025 16:32:13 (GMT-03:00)

Papel: Parte

Emitido por: AC SOLUTI Multipla v5 G2 << AC SOLUTI v5 G2 << Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v5 (Assinatura ICP-Brasil)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://votuporanga.1doc.com.br/verificacao/39BA-779C-6FC1-B571>

